A IDÉIA DE HISTÓRIA EM SEBRÃO SOBRINHO*

Itamar Freitas**

Piolho mumificado das boas letras históricas, traça daninha de papéis velhos se auto-intitulava o historiador Sebrão Sobrinho(1) . Pesquisador independente em amplo sentido e autodidata, produziu entre 1940 e 1970 centenas de laudas sobre Sergipe, com destaque para os municípios de Itabaiana, Itaporanga, Lagarto, Simão Dias e Aracaju.

Trabalhando quase que exclusivamente com fontes primárias, pode-se dizer que não houve nesse século outro historiador que tivesse mantido maior contato (e posse) com a documentação relativa à história de Aracaju em suas primeiras décadas que o próprio Sebrão Sobrinho. Mesmo assim, a riqueza de informações contida em seus trabalhos parece ter-se tornado inócua; o acesso aos dados é dificultado aos neófitos ou mesmo aos pesquisadores mais experientes, devido a sua particular forma de escrever. As repetições, o excesso de testemunhos, as citações em língua estrangeira, as metáforas e ironias de que se

(*) Esse texto corresponde ao 4º capítulo da monografia **A escrita histórica de Sebrão Sobrinho: Uma análise de Laudas da História do Aracaju**. Trabalho de pesquisa orientado pelo Prof. Francisco José Alves, apresentado em setembro de 1996 como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História/UFS. Para essa publicação foi acrescido de introdução e teve algumas citações suprimidas. Agradeço ao prof. Eduardo Vanderlei de Oliveira do Departamento de Filosofia/UFS pelas sugestões para aprofundamento de questões básicas no trabalho de Filosofia da História. Devo ressaltar porém que, tanto o professor Eduardo quanto o orientador da monografia, Prof. Francisco José Alves não são responsáveis pelos conceitos atribuídos à "idéia" de Sebrão Sobrinho, estando isentos de quaisquer equívocos que o trabalho possa conter

(**) O Autor é graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, faz mestrado na mesma área na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

utilizava resultaram em uma narrativa densa, digressiva e às vezes completamente ininteligível.

Ciente do seu extremado apego à pesquisa histórica (sentimento que vez por outra pensamos estar em extinção), tomei a iniciativa de divulgar um pouco mais a obra desse historiador; tanto para os novos alunos como para os pesquisadores já estabelecidos que ainda não a conhecem, ou que, por dificuldade de compreensão, mantiveram-na afastada das referências bibliográficas dos seus textos. Nesse trabalho trato da escrita histórica de Sebrão Sobrinho contida nas **Laudas da História do Aracaju**. Tomando por base algumas reflexões recentes sobre o estatuto epistemológico da História, examino as razões que fizeram das *Laudas* um texto polêmico e ao mesmo tempo desconhecido. Apresento alguns trechos da obra e analiso as concepções de História esboçadas pelo historiador.

Laudas da História do Aracaju foi produzido no ano do centenário da Capital de Sergipe (1955) em atendimento ao pedido de Jorge Campos Maynard, Prefeito de Aracaju, e do seu pai, o Desembargador João da Silva Maynard – um dos incentivadores de Sebrão nos estudos de história de Sergipe.

A obra é formada por seis partes(2). O segmento introdutório (Dedicatória e Prefácio) é caracteristicamente prospectivo: ele anuncia e julga o que está por vir. A segunda parte apresenta-se como a antítese do que já se escreveu sobre a História de Sergipe; por isso mesmo recebe o nome de “Confetaria”. Na terceira são expostas as suas teses acerca da História de Aracaju (a fundação, as instituições sócio-culturais, a infra-estrutura, e a vida de alguns personagens da cidade de 1855 até 1930)(3). A quarta parte (Anexos) representa a credibilidade do discurso; o lastro empírico que fundamenta a antítese e as teses sobre a sua História de Sergipe. Nesta parte, o apelo persuasivo é tanto intelectual (a transcrição integral dos documentos) quanto afetivo (a emotividade das poesias louvativas a Aracaju, São Cristóvão etc.). São duas estratégias distintas que se complementam no ato de convencer sobre o exposto nas partes anteriores. A quinta parte (Ementário Especial) expressa a intenção de participar em *strictu sensu* da História que acabou de narrar, propondo a mudança dos “símbolos pátrios” (o brasão de Sergipe). A última (Epílogo), tipicamente retrospectiva, estabelece uma autocrítica sobre o conteúdo das cinco partes anteriores.

Essa breve exposição da obra é ponto de partida para uma primeira constatação: mesmo tendo conhecimento de que boa parte dos capítulos de **Laudas** já não fosse inédita(4) quando da sua publicação, é desaconselhável julgá-la como um “aglomerado indigesto de fragmentos”. A ordenação das partes (anúncio, antíteses, teses, provas, sugestões e autocrítica) e sua disposição coerente demonstram que a História de Sebrão vai muito além de um esforço de erudição sem plano.

Além disso, e apesar de alguns historiadores insistirem no contrário, nenhum discurso histórico é desprovido de significado. “Para que a história não signifique é necessário que o discurso se limite a uma pura série inestruturada de anotações”(5). Isto eventualmente pode parecer, mas não é o caso de **Laudas da História do Aracaju**. Tais significados podem ser captados a partir de uma acurada observação dos atos “voluntários” do historiador, ou seja, da atribuição de valores aos fatos que relata. Os sentidos também são extraídos a partir da análise do conjunto desses mesmos valores dentro de um ou mais discursos.

Nesse segmento, procuro explorar os dois níveis de significação, recolhendo as expressões que indicam os sentidos da História para Sebrão. Ao mesmo tempo, utilizo as orientações contidas no **Dicionário** de Ferrater Mora(6) para o estudo de Filosofia da História: a divisão do assunto em Filosofia formal ou crítica e Filosofia material ou especulativa.

Na primeira busca de indícios sobre a idéia de História, segui os procedimentos rotineiros e o resultado foi desanimador; o texto não possui uma introdução metodológica e dos mais de setenta autores citados nenhum é anunciado como modelo.

O exemplo de Rudyard Kipling(7) como o inspirador da sua “concepção” até poderia vingar, já que é de longe o autor mais citado(8), exaustivamente utilizado como arrimo, alegoria e até como teórico. Mas é o próprio Sebrão quem lhe nega esse *status* quando classifica a obra do seu maior ícone intelectual como “estória”(9). Seguindo esse raciocínio, pelo menos por enquanto, a “visão” de um ficcionista sobre a História não poderia servir de modelo para um historiador.

Autores modernos que repensaram o conhecimento histórico ou que imprimiram marcas particulares também são citados: Maquiavel, Herculano, Comte, Coulanges etc.. Poderia até se pensar num providencialismo ao modo de Bossuet ou numa ressurreição micheletiana, já que ambos também são referenciados, mas essas afirmações não saíram do âmbito das hipóteses, já que considere apenas os poucos indícios oferecidos pelas **Laudas**.

Quanto à produção dos historiadores locais, cabe-lhes apenas o triste papel de campo a ser devastado ou, na metáfora do próprio Sebrão, "papel a ser picado, tornado em confete"(10). Neste rol estão Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Epifânio Dória, Armino Guaraná e, com ressalvas, o próprio "pai da Historiografia Sergipana", Felisbelo Freire. Sabendo disso, fica difícil pensar num ideário local influenciando significativamente a sua postura diante da História.

Não sendo suficientes os indícios colhidos através dos autores citados, busquei especificamente na própria narrativa as expressões-chave sobre os sentidos de sua História.

O objetivo de Sebrão em **Laudas** é destruir as inverdades que se havia escrito sobre Sergipe e fazer a história da Capital. O assunto trata das diversas transferências (retorno)(11) e da estruturação da cidade nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. No texto, o Barão de Maruim, "principal personagem desse trabalho"(12), é tido como o grande responsável por tais acontecimentos.

A elevação da praia de Aracaju ao **status** de Capital é vista pelo historiador como um fato positivo: o nascimento de um novo Sergipe, o início de uma arrancada desenvolvimentista a ser consolidada a partir da exploração de suas riquezas minerais. É por isso mesmo o fato histórico mais importante do livro e da História de Sergipe.

Mas, diferentemente dos outros autores que tratam do mesmo tema, o historiador não considera o fato como consequência dos caprichos de um só homem(13); da política conciliatória imperial; do progresso industrial ensaiado no Brasil de 1850; dos fatores geográficos e econômicos(14); ou ainda do confronto entre a infra e a superestrutura(15). Está na "lei da compensação histórica" a explicação para o ocorrido. Esta é, portanto a primeira expressão de relevo empregada

como significante e que pode também ser entendida como sinônimo de lei de ação e reação, princípio da reciprocidade das virtudes etc.

"A mudança da Capital de San-Cristovam é o Barão de Maruim de que foi, não reste a menor dúvida, seu autor, seu único responsável. (...) Presumindo servir a um caso político partidário, o Barão de Maruim, foi, apenas, a força motriz da Lei de Talião: olho por olho, dente por dente, porque quem com ferro fere, com êle há de ser ferido. É providencial de que o autor de um princípio deve sofrer as consequências dele"(16).

Essa mesma lei age indistintamente sobre as coisas e os homens. As cidades são personificadas, ganham destinos e vontades. Assim, Aracaju que, desde 1590 fora escolhida para sediar a capital de Sergipe, cedo ou tarde teria de volta as suas prerrogativas; e São Cristóvão receberia o troco, "na mesma moeda", por havê-la destituído dos seus direitos.

No capítulo "Relógio de Aracaju", Sebrão Sobrinho demonstra a interferência desse "princípio de vingança" na vida dos homens. Conta o episódio em que o relojoeiro Francisco Pereira da Hora foi ludibriado pelo governo da província ao consertar o relógio da Igreja de San-Salvador em 1865:

"... o artista ingênuo morreu sem que sua família recebesse nada pelo conserto (...) Anos mais tarde a Província lhe deu meios para estudar ao neto dêle, o notável Horácio Hora! A lei de compensação não falha"(17).

Pode-se perceber, através das citações anteriores, a relevância de uma segunda expressão-chave: a "providência". Esse mesmo elemento aparece em vários trechos como "justiça divina" e "Justiça de Deus".

I - Filosofia especulativa da história

Os dados apresentados já permitem que duas questões sejam examinadas: a natureza do motor da história e a forma com que este atua.

Quanto ao motor do desenvolvimento histórico, posso, de início, classificar a "idéia" de Sebrão como caracteristicamente teológica: a

História é vista como uma realização dos desígnios da Providência e muitos indícios apontam para essa conclusão.

É certo que o personagem "Deus" aparece mais de dez vezes e o "diabo" apenas uma. Mas, as condições em que o primeiro atua nas *Laudas* não lhe concedem o *status* de protagonista (mesmo que indiretamente). As referências feitas a Deus soam mais como força da tradição, como fórmulas da fala cotidiana. Com "Jesus Cristo" e o "Espírito Santo", a situação é idêntica. Não fosse a religião(18) um tema proeminente na história de Aracaju, tais personagens seriam praticamente excluídos do texto. "Jesus" aparece indiretamente como exemplo de resposta aos seus questionamentos sobre a verdade(19). Quanto à *Bíblia*, salvo erro estatístico, só é referenciada duas vezes; na última delas com um certo distanciamento crítico e em situação pouco privilegiada como fonte(20).

Em relação ao personagem Barão de Maruim, o tratamento é invertido. Está presente na maioria dos capítulos, sendo chamado à cena mais de 100 vezes.

Apesar de afirmar que as ações do "maior personagem" são orientadas pela divina Providência, o historiador abre "brechas" para que o homem também atue como agente modificador da História, sob o influxo das "forças sociais".

"As forças sociais" aparecem de forma ambígua. Podem ser entendidas como a política (o fator organizador da sociedade), ou como traços de personalidade gestados a partir da relação homem/natureza.

A ambição econômica é um exemplo de determinante histórico, fruto dos estímulos bio-mesológicos. Até mesmo o próprio Sebrão confessa-se tributário desse tipo de fenômeno:

"Sou resulta biológica da zona das caatingas e tenho sempre em mente de que a alma da terra, como a de Itabaiana em mim, passa para a de homem, segundo a opinião de Victor Hugo. É um mal ou um bem, que tem desculpa na ingenuidade. Entretanto, constitui lei vital"(21).

Outros exemplos denunciadores dessa veia cientificista podem ser colhidos nas *Laudas*: de forma indireta, efetuando comparações, fornecendo indícios da sua crença e, diretamente, acompanhando os resultados da pesquisa de ponta. Nesse caso defende a idéia de que

a "primeira descoberta do Brasil", ocorrida em 1100 a.C., contou com a participação dos fenícios.

Mesmo assim, tais elementos (vocabulário, pesquisa de ponta) são irrelevantes diante das maiores influências cientificistas no texto de Sebrão: o uso de leis e a crença na verdade histórica, questões que abordo mais adiante.

Quanto à forma do desenvolvimento histórico, a visão do historiador acompanha as mesmas ambigüidades da questão anterior. "Os acontecimentos se sucedem por etapas através das leis de compensação na magnitude da justiça de Deus"(22).

Poderia portanto afirmar que se trata de uma história linear; a idéia de um desenrolar contínuo através de certas etapas.

Seguindo esse raciocínio, identificaria uma seqüência de fases para a História de Sergipe expressas no texto: 1ª - período civilizado, marcado pela presença da cultura greco-fenício e tupi (1100 a.C.) até [1500 d.C]; 2ª - tempo da barbárie, onde predominaria a cultura indígena em oposição à portuguesa (1500/1590); 3ª - Época selvagem, marcada pela expropriação da Bahia sobre o território sergipano (1590/1855); e, por fim, um novo período civilizado, inaugurado com a fundação de Aracaju sintoma de autonomia, prenúncio de progresso para todo o estado.

Essa hipótese o afastaria ainda mais da concepção providencialista ensaiada por Bossuet, um autor utilizado ilustrativamente por Sebrão.

É eloqüente aquele conceito de Bossuet:

"Não há poder humano, que, mesmo contra a própria vontade, não concorra para a realização de outros objetivos estranhos a seus desígnios"(23). (...) Presumindo servir a um caso político partidário, o Barão de Maruim, foi, apenas, a força motriz da Lei de Talião"(24).

É interessante observar que a lei da compensação histórica, inspirada na Lei de Talião, não pode ser considerada como expressão da vontade divina para os idealizadores de uma história providencialista. Esse afamado princípio oriental, preventivo de exageros, "onde a justiça repousa sobre a vingança privada", é reformulado por Jesus no Novo Testamento: o mandamento do "olho por olho, dente por dente,

mão por mão, pé por pé, ..." (25) é substituído pelo princípio da anti-vingança: "Não resistais ao mau. Se alguém te ferir a face direita, oferece-lhe também a outra. Se alguém te citar em justiça para tirar-te a túnica, cede-lhe também a capa" (26).

Esse mesmo desenvolvimento histórico, visto em princípio como linear, pode ser considerado como cíclico. Constatei a repetição da História de Sebrão na descrição das etapas em que se desenrolam os fatos e através do próprio princípio de vingança.

O período civilizado [1100 a.C. - 1500 d.C.] parece retornar a partir de 1855. O tempo das alianças entre fenícios e tupis, do sistema de irrigação egípcia no baixo São Francisco, dos sambaquis protegendo Aracaju das águas do oceano, das influências do grego no idioma indígena, tende a ressurgir com implantação da nova capital.

"Desde então que uma aura de progresso se entreabre, brilhante, sobre seu porvir promissor, graças às estradas através das águas, hoje completas pelas do espaço e pelas da terra, fontes de nosso parque industrial, de nosso comércio, de nossa agricultura e de nossa pecuária, às vésperas de, Novo Texas, enriquecer-nos com o sal-gema e petróleo, que as forças hidráulicas da Cachoeira de Paulo Afonso nos acenam em próximo futuro" (27).

O princípio de vingança também expressa o caráter repetitivo da história quando mostra que Aracaju "volta" a ser a capital; e que os vales férteis de Itaporanga "voltam" a influir na localização do centro político-administrativo de Sergipe.

II - Filosofia Crítica da História

A filosofia crítica ou formal se ocupa das estratégias conceituais utilizadas para a compreensão da História. O seu estudo engloba problemas ontológicos, epistemológicos, críticos (ontológicos e metodológicos ao mesmo tempo) e metodológicos. No texto de Laudas, essas últimas classes de questões aparecem, de forma explícita: serão portanto objeto privilegiado de análise.

a) Problemas críticos

Para Sebrão Sobrinho, a História não é somente o elemento veiculador da verdade, ela é a própria verdade. Essa concepção deve ser entendida por dois caminhos: o que leva em conta o sentido providencialista da sentença proferida por D. Pedro II e esposada pelo estudioso, "A Justiça de Deus está na voz da História"; e o que considera a "realidade" dos fatos como, verdadeiramente, estes ocorreram.

O primeiro sentido já foi comentado na parte referente à Filosofia especulativa. Nesse trecho trabalharei com as questões em torno da objetividade; dos poderes, das estratégias e das limitações da História enquanto discurso específico do real.

Em parágrafos anteriores, afirmei que o escritor Rudyard Kipling não poderia ser considerado um dos mentores da idéia (especulativa) de História de Sebrão Sobrinho. Mantenho a posição por não encontrar subsídios que indiquem o contrário. Mas em relação às questões "críticas" não há como negar a sua influência.

De Rudyard Kipling são extraídas as primeiras lições que podem levar a uma perfeita leitura do real. O uso dos "**six honest servants**"(28), ou seja, o emprego das indagações-chave que devem ser feitas pelo historiador ao iniciar qualquer estudo. Transcrevendo esse conjunto de versos, Sebrão explica que "na Vida, tudo tem seus Quê, Por que?, Quando, Como? Onde e Quem, que a servem através das eventualidades, das Surpresas. (...) São serviçais partículas, que respondem e interrogam, servindo ao peneiramento das elocubrações filosóficas"(29).

Para diferenciar História de Estória a mesma estratégia é repetida: "todo historiador sincero, que se quiser fazer acreditar, tornar-se digno daquilo que o inglês chama de *readable*, legível, o que se pode lêr, sem idéia de ficção, [tem que perceber que o termo] **history**, ... se não confunde com **story**, conto ..." (30).

Kipling é utilizado alegoricamente para explicitar esse distanciamento. Surge daí a segunda lição de objetividade:

"... entre miríades de escolhos que se anteparam, três dêles são terríveis, pavorosos, merecedores de acurada atenção: língua, vaidade, guerra (...) A língua é o palrar sem finali-

dade exata em que o muito conversar leva fácil ao anedotário, quase sempre malsão e da qual tanto se queixa a caveira em sua mudez irônica. (...) A vaidade é outra mistificadoura da verdade e por ela se há chegado fácil nos domínios da megalomania (...) a guerra é o heroísmo de cada beligerante em que cada um narra a seu modo, coxeando a deusa Verdade, merecendo pouca fé ..."(31).

Às orientações de Kipling Sebrão Sobrinho combina a opinião de Tobias Barreto sobre o assunto. "A imagem da Verdade é a de u'a mulher nua ... não pinta o rosto nem usa vel"(32). E constrói metáforas curiosas para expressar o sentido desses conceitos-chave.

"A verdade é como o quipá. Quando menos se espera, extirpa-se naturalmente. (...) Como o tatu-bola, a realidade protege-se em se própria contra o gênio da fantasia e, livre do perigo, com o fator tempo, se entreabre como um girassol. É o combate franco à rotina dos que amam a verdade contra a casquinada da Aposto"(33).

Em síntese, a História é, para Sebrão, a verdade sobre a realidade da experiência humana. Essa sentença é redundante, mas necessária para que se compreenda a idéia desse historiador. O tempo é, nesse sentido, uma categoria fundamental: é um "mestre" pois distribui experiência à vontade(34), dá lições, expõe a verdade cedo ou tarde; denuncia as razões dos acontecimentos. Daí a sua insistência nas seqüências cronológicas e no estudo da sucessão lógica dos fatos no tempo.

No capítulo IV de **Laudas** há uma frase, ao meu ver copiada de João Ribeiro(35), que ilustra muito bem a questão dos fatores causais: "Causalidades deterministas ou coincidências elaboradas pelo fortuito, costumeiramente, obrigam a pensar"(36). Com essa "fórmula", o estudioso se refere ao justificável clima de agouro que pairava sobre São Cristóvão no dia em que se "tramava" o retorno da capital para Aracaju (quarta-feira de cinzas, procissão do Senhor Morto etc.).

Através dessa mesma fórmula, o historiador indiretamente denuncia que a ocorrência dos fatos não se dá de forma aleatória. Além da determinação providencial (comentada no segmento anterior), há também os fatores de ordem material.

Tais fatores são caracteristicamente econômicos, quando explicam a decadência de Sergipe frente à Bahia, de São Cristóvão frente a Aracaju, ou ainda quando se referem ao progresso de Itabaiana (o sucesso da pequena propriedade em contraposição ao latifúndio dos ex-canaveiros); são raciais quando explicam a vocação comerciante de alguns indivíduos como herança lusitana ou judia, e quando, metaforicamente, trata o Barão de Maruim como um "aristocrata de raça".

As determinações são também de ordem mesológica ao postular que "a alma da terra passa ao homem", resultando em laranjeirenses intelectuais e itabaianistas comerciantes; e de ordem cultural quando comenta sobre a inexpressividade do povo, dos interesses envolvidos num casamento do século XIX, e também da masculinidade do alagoano.

Essa orientação é fruto da sua observação dos acontecimentos através do tempo:

"O 'paciência e tempo correm através do mais comprido dia' de Kipling recorda, realmente, o evangélico 'com paciência, vencerás tua alma', porque tudo se consegue, - é da Justiça divina - , com tempo e paciência. Questão de feitio para resignado ..."(37).

A paciente observação do cotidiano e dos documentos é que possibilita constatar algumas regularidades na história como "em toda ação administrativa, mascarada pela economia pública, se encontra o interesse partidário, quando não o interesse particular"(38) (em contraposição a outra "lei" que afirma a existência de uma mulher por trás de todo acontecimento); e tirando proveito dos versos de Kipling para afirmar que "em todas as épocas e entre todos os povos, no tempo e no espaço, na história e na geografia ... 'O templo do Comércio é suportado por colunas do Anúncio'(39).

Portanto, além das leis que formam o aparato estatal, legitimando governos, normatizando a vida das instituições e dos cidadãos comuns, existem as normas que determinam e explicam o desenrolar da história. Estas leis e fatores causais são de ordem diversa e devem ser levadas em conta quando da explicação dos fatos históricos.

b) Problemas metodológicos

O fato histórico é para Sebrão Sobrinho, a exemplo da maioria dos historiadores, uma ação humana. Mas, a despeito de ver a política como força organizadora da sociedade, de atribuir os feitos de destaque (como a fundação de Aracaju) aos "homens de grande fortuna", não exclui dessa categoria as ações mais modestas. Partindo dessa premissa, e para um melhor entendimento dessa relação micro/macro história, estabeleço aqui uma hierarquia dos fatos expostos nas *Laudas*.

Existem os grandes fatos (a conquista de Sergipe; a expulsão dos holandeses; o retorno da capital de São Cristóvão para o reduto do Santo Antônio; a fundação de Aracaju); os fatos de médio relevo, representados pela fundação das instituições básicas para o funcionamento da sociedade; e os pequenos eventos (atos administrativos, ações de heroísmo, casamentos, falecimentos etc.).

Em quaisquer desses níveis, o procedimento do historiador é o mesmo: descrição minuciosa do acontecido. Pode-se até alegar que todo o texto das *Laudas* trata somente de um fato: a fundação de Aracaju pelo Barão de Maruim. Mas, o que se vê é a cessão de espaço "ilimitado" ao pequeno, ao considerado pela maioria dos historiadores como o "detalhe".

E o historiador chega a justificar várias vezes esse seu apreço pelo "insignificante": "Parece que isso [os atos administrativos] não tem nenhuma ligação com o assunto, mas em História é assim mesmo: ventila-se muita coisa sem aparente finalidade, que esclarece muito"(40).

Nesse trecho, a justificativa tanto vale para a narrativa dos pequenos fatos como para a fragmentariedade do livro inteiro:

"Perdoai, pois, leitor, a minha reiteração. Ela é necessária, por que martela em pontos de nossa história, merecedores de que sejam rasgados pela infidelidade com que se apresentam, embora versáveis em fatos ocorridos faz poucos anos. (...) São artigos esparsos em que cada um depende dos demais, numa seqüência de fatos honestamente cuidados na realidade da História"(41).

A narrativa de Sebrão Sobrinho é, portanto, construída indutivamente, ou seja, os pequenos fatos são narrados primeiro; eles ajudam no entendimento das grandes realizações.

A insistência no factual, considerada pela tradição contemporânea como biografismo, geneticismo, digressão etc., possui outro sentido estratégico: preencher o vazio deixado pela maioria dos "compulsadores preguiçosos"(42). Para o pesquisador, a História de Sergipe está por se fazer. Portanto, "tudo" deve ser registrado. Mas, para essa tarefa, o Historiador tem que aprender como e onde buscar os fatos.

A idéia do fato histórico preexiste à escrita, mentalizado pelo historiador em forma de hipótese. Com esse pensamento comunga Sebrão Sobrinho: a "obrigação principal de quem narra, para evitar a fantasia, é especular"(43). Partindo das conjecturas, continua o historiador, deve-se buscar na documentação os fundamentos que consolidam determinado acontecimento como fato histórico.

"O indício é sempre veemente quanto se transforma no fio da meada de Ariadne, que nos leva ao fim do labirinto de Creta, onde está a deusa Verdade, a de olhos vendados, Isis que dá a morte a quem lhe toca o véu letal. É preciso não tocar, mas olhar e bem"(44).

Nessa procura desenfreada pelas provas, Sebrão Sobrinho faz do arquivo um meio indispensável para o seu trabalho. "Sua posse [a da História] é minudenciosa busca em arquivos empoeirados, bolorentos, plenados de traças, de carcomas"(45). Por isso, constrói ao longo de sua vida o seu próprio acervo de fontes primárias sobre a História de Sergipe(46).

Porém, não basta encontrar os documentos, é preciso, também, fazê-los falar. Nesse sentido, Sebrão conta com a experiência que acumulou trabalhando na área jurídica:

"Já fui promotor público por mais de um lustro e de uma grande Comarca, e pois, de muito trabalho criminal, que me obrigava a estudar, a meditar, a inquerir, a pesquisar, a surpreender, a argumentar, a delimitar-me nas respondências das causas elaboradas pelas perguntas: Onde? Quando? Como? Por que? e daí sem modéstia, ser eu um traça, mas um traça perspicaz"(47).

O documento com o qual Sebrão trabalha é majoritariamente o escrito. Ao elaborar o índice de fontes utilizadas em *Laudas*, identifiquei os tipos mais freqüentes: resoluções provinciais (25%), leis (22%), e correspondência oficial (19%). Os menos empregados são: atos diversos (9%), relatórios (8%), fontes bibliográficas (5%), petições (2%) e discursos (1%).

Para a constituição desse índice, utilizei três critérios básicos: só registrar as fontes claramente tipificadas no texto (ofício, relatório etc.); as que possuíssem datação completa, e as que indicassem emissores e receptores. Dessa forma, creio terem sido excluídas 50% das fontes existentes no livro: atos, correspondência, publicações, escritura de terra, livro de óbitos; e ainda recibos de aluguel, lista de passageiros, tijolos e epitáfios.

Esse índice(48) foi formalizado para rebater a opinião corrente entre os historiadores de que Sebrão Sobrinho escondia as fontes que fundamentavam o seu trabalho. A ausência das referências era motivo de descrédito; o que justificava a reduzida circulação das suas pesquisas entre os acadêmicos da área(49).

Mas o pesquisador não se esquivou desse tipo de problema. Referindo-se a um erro de tradução cometido por seu colega José Luís Campos Júnior, Sebrão Sobrinho anuncia a omissão das fontes muito mais como uma estratégia de combate.

"... errou meu ilustre colega terrantês, colega no tributo de admiração a Rudyard Kipling, menos em seu citar demasiado de bibliografia e de índice onomástico, bem como em anúncios, dos quais sei apreciar as preciosidades, mas me não sobra tempo para aludi-los; é que sou muito obscuro, um autodidata cheio de vírgulas, demasiadamente massante, omisso no citar as fontes, que guardo para meu uso pessoal à espera, porém, que sei debalde, que me chamem às falas ..."(50).

Em outra passagem, o historiador lamenta a passividade dos seus combatentes: "Tenho provocado uma polêmica com os prosélitos da Apostá, mas nunca ninguém apanhou a luva que lhes joga às faces.(51)" (...) Façam retornar o feitiço sobre o feitiçeiro ...(sic) Chamem-me às contas! ... Não me critiquem à sombra: a tocaia é

posição de covardes! Quem alega, prova, e isto é o primordial em quem critica!"(52).

Os adversários aos quais Sebrão se refere são simplesmente todos os historiadores e cronistas (juntamente com seus respectivos defensores) que tratam da História de Sergipe, com ressalvas para "o nosso primeiro e único historiador, Felisbello Freire"(53).

Sofrem com os rigores de sua crítica, vivos ou não, nomes já consagrados a sua época (década de 50) como: Antônio José da Silva Travassos; Aires Casal; Armindo Guaraná; M. P. de Oliveira Telles; Freire Ribeiro; Marcos Antonio de Sousa; Epifânio Dória; e até o próprio Felisbello Freire.

Os adjetivos atribuídos a esses escritores variam com o grau de erro e/ou aproximação da verdade estabelecida por Sebrão Sobrinho. Erros de datação, omissão de nomes, diferenças de interpretação, afirmação sem provas etc., tudo é motivo para que estes autores sejam chamados de "miopes crônicos, cegos, ignorantes, assalariados, bissonhos; tombeiros do azinhave e de compulsadores preguiçosos".

As maiores queixas do historiador remetem à deficiência da pesquisa histórica em Sergipe. Devido aos vazios dessa História, os cofres do Estado vivem a financiar comemorações em datas falsas; as homenagens imerecidas (como à figura de Inácio Barbosa) e os esquecimentos quase que deliberados (a figura de Tobias Barreto é um exemplo) são práticas constantes. Esses problemas provocam a revolta de Sebrão Sobrinho que repetidamente denuncia: "a História de Sergipe ainda não foi codificada".

Como esse pesquisador "possui o material inédito para nossa imperfeita História, escrita até agora, por palpite ou inspirada na fantasia de seus narradores, salvo honrosas exceções"(54), passa a narrá-los investido nas funções de corregedor da História. Sua intenção é, "de tesoura em punho, tornar em confete o que se há escrito em redor de nosso passado afim de mais uma vez reiterar [a sua] insultante afirmativa de que si a História do Brasil não está ainda codificada, muito menos a de Sergipe que teve ensaio brilhante, aliás, em Filisbello Freire (sic)..."(55).

Esse mesmo corregedor demarca os atributos necessários ao historiador: deve ter conhecimento generalizado, ser exato, ser escrupuloso, imparcial e justo.

Não diria que todas essas virtudes estão presentes nas **Laudas da História de Aracaju**. Se me fosse possível manter a exatidão, a imparcialidade e a justiça exigidos no seu manual, poderia afirmar, categoricamente, que esse historiador estaria reprovado como modelo. Comprova ter o conhecimento generalizado, basta observar a lista de autores citados, a pluralidade do seu vocabulário, as viagens por diversas áreas do conhecimento, a intimidade com vários idiomas etc. Faz da exatidão um verdadeiro credo: além de explicitar o detalhe, de discriminar polegadas, metros, réis, casas, ruas, pessoas e de ser fiel na transcrições, trabalha as datas com uma precisão rabelaisiana:

"... se lhes fosse possível, de que maneira os capitães-mores, os governadores e os presidentes de Província até êsse dia, desde 1590, ou quase dois e meio séculos, duzentos e quarenta e cinco anos, um mês e vinte e sete dias, poderiam administrar sem polícia, sem força para garantir-lhes em seu atos!"(56).

Quanto à imparcialidade e à justiça, utilizando-me ainda das suas próprias concepções, diria que passam ao longe. A própria construção do texto centrado em torno de um só personagem já denuncia uma tomada de posição. As contradições explícitas, quando se refere às administrações de Inácio Barbosa e Salvador Correia de Sá, denunciam a fragilidade do seu discurso valorativo.

Apesar de perceber a lisonja como uma prática abominável(57), distribui elogios à vontade aos eleitos da sua história de vida; além do já citado Barão de Maruim, o Imperador Pedro II, a família Maynard e o Presidente Getúlio Vargas.

O "tiro de misericórdia" em sua pretensa prática justa e imparcial é oferecido pelo próprio autor ao admitir como verdadeiro o provérbio "a afeição cega à razão"(58). Em outras palavras, "só a paixão, em seu extremo, pode restringir a inteligência"(59). Aplicando esse princípio a sua narrativa, o historiador chega a uma conclusão legitimamente aplicável aos demais segmentos das **Laudas**: "Estimo, bem-quero

tanto a Aracaju que não sei si me sobejava coragem para falar mal dela ainda mesmo o merecendo”(60).

Mas, é claro que os critérios de Sebrão não me servem como orientação nessa análise. Não é o meu objetivo condená-lo a partir dos ditames da objetividade naturalista. E menos ainda absolvê-lo lançando mão da astúcia da razão hegeliana ou da intuição objetiva de Gramsci. Essa análise é apenas uma leitura, entre tantas possíveis, que procura refletir justamente sobre esses limites característicos da escrita histórica: a natureza do real e as formas de representá-lo.

Relacionados os atributos necessários ao historiador, resta comentar o tratamento que devem receber os fatos antes de serem transformados em narrativa.

É notável em Sebrão o cuidado em transcrever o documento obedecendo a grafia original. Exemplo dessa prática está nos anexos das **Laudas**. Como também o esforço em controlar a informação, em criticar o testemunho. A experiência da pesquisa o faz íntimo dos periódicos (colaboradores, pseudônimos, cores partidárias etc.). O trato com os jornais, o estudo das entrelinhas são mostras da crítica histórica. O trecho seguinte é exemplar nesse sentido:

“...Entretanto, saibam os inexperientes, os que aceitam tudo que lêem como verdade, os que não sabem julgar, os que não sabem medir, os que não sabem contar, os que não deduzem, que o humilde cemitério... teve a honra de ser visitado, a 12 de janeiro de 1860, por Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro III!”(61).

O respeito ao contexto também é uma de suas preocupações: “Tem obrigação o historiador de ser retrospectivo e adaptar-se ao tempo e ao espaço, que se proponha a descrever”(62). O “tom aristocrático” ou ainda o “pensamento da época” são expressões facilmente identificáveis no seu texto.

O historiador deve julgar os fatos, ou melhor, os seus promotores. Para cumprir essa tarefa, não poupa adjetivos aos personagens: a Câmara de São Cristóvão foi de um servilismo capcioso(63); Inácio Barbosa se acovardou(64); o engenheiro Francisco Pereira da Silva foi honesto e trabalhador(65); Anselmo Perétti foi o maior administrador que Sergipe já teve(66) etc.

Por fim, Sebrão Sobrinho indica que a história deve se valer de outros saberes para melhor dominar o seu objeto. Deve considerar a Etimologia, a Genealogia e a Psicologia.

Etimologia é um dos eixos explicativos do seu trabalho; um poderoso auxiliar no estudo das origens das cidades, das pessoas, das instituições. Como costuma citar em inglês, tupi, grego, latim, e com menor frequência o espanhol, alemão e italiano, a etimologia atua na decodificação dos diversos sentidos das palavras através do tempo e do seu correto emprego.

É comum encontrá-lo em constantes polêmicas com os autores clássicos; a discutir mudanças no léxico latino principalmente. A Etimologia é tão influente no seu texto que chega a citar dez autores clássicos numa mesma página para discutir as origens da palavra "cadeia"(67). Os maiores alvos desses trabalhos são a língua tupi e o latim. Essa ênfase nos estudos etimológicos revela a importância da língua como fonte histórica. Para o pesquisador, a simples decodificação do nome de determinado acidente geográfico pode se transformar na principal informação sobre a história de uma localidade.

A Genealogia possui o mesmo peso. É a base denunciadora de uma história nobiliárquica de famílias tradicionais preservadoras do sangue, da raça. Embora o historiador afirme que a nobreza do homem não está nos seus gloriosos antepassados e sim nas ações presentes.

Nas **Laudas** há um capítulo dedicado ao estudo genealógico da família do Barão de Maruim. Em geral, esses ensaios costumam privilegiar descendências inglesas e portuguesas de algumas famílias sergipanas e servem como suporte primário a uma "história geral de Sergipe".

Se a Etimologia e Genealogia são auxiliares na descoberta das origens, a Psicologia oferece à História a estratégia adequada para o preenchimento de determinados vazios documentais, ou seja, a intuição.

Para Sebrão Sobrinho, a "Psicologia não é uma ciência mas é uma tributária dessa e, bem aplicada, explica, esclarece muito"(68). Permite dialogar com os personagens, ambientar-se nos seus modos de vida, enfim, saber como pensavam, como e porque agiram de determinada forma e não de outra. Por isso, a insistência nos perfis perso-

nalíssimos, na descrição dos vícios e virtudes, nos conflitos domésticos, nos apelidos etc.

A Psicologia “clínica”, a Química “experimental” e os procedimentos cirúrgicos em geral são citados com bastante ênfase. As metáforas vão além do sentido previsto e informam sobre o seu desejo de transformar a História na ciência das ciências. As citações seguintes esboçam uma autocrítica sobre as *Laudas* e reúne todos esses profissionais, encarnados pelo próprio sob a rubrica de historiador.

“Ventilei pontos novos, não explorados em nosso pretérito; rasguei centenas de laudas de nossa malfadada História; versei fatos desconhecidos e, do tubo de ensaio, onde dormiam ingredientes, dirigi a reação química, determinando as causas nas pesquisas dos acontecimentos, postos a nú, escoimados de lenda, e inverdades, pela crítica severa e pela análise sincera dos documentos, sem louvar-me no que os mestres afirmaram em êrro. (...)

O que expendi e presumo ser verdade são gotas do líquido cefalorrequídeo, extraídas da nuca de cada paciente, reflexos de uma vitalidade particularizada, gotas vitalizadoras da saúde em a narrativa dos acontecimentos corrigidos por mim, sob minha imediata responsabilidade clínica de historiógrafo. (...)

Cirurgião, meu bisturi é impiedoso. Terapeuta, procuro curar, como posso, as mazelas dos meus clientes, especulando-lhes os órgãos afetados indo-lhes de encontro com minha panacea, antídoto aos males de suas estórias ... (sic)”(69).

As tarefas de descrição, análise e síntese até agora efetuadas não seriam completas se eu não me rendesse a um dos ditames do conhecimento em geral: o hábito de classificar. Finalmente, qual a idéia de História de Sebrão Sobrinho? Sua concepção segue algum dos modelos convencionalmente estudados?

Demonstrei que a pluralidade do “historiador guarajoara” representa um grande desafio até mesmo para aqueles analistas que não vêem na crítica historiográfica um duelo cerrado contra o eu “oculto” do

historiador: um grande quebra-cabeças ou, utilizando das metáforas lúdicas, uma brincadeira de esconde-esconde.

Temente a Deus e em alguns momentos anticlerical, compreensivo quanto aos desejos humanos ante à vontade divina, racionalidade de químico a dosar componentes, o historiador como um grande juiz e advogado de defesa ao mesmo tempo etc. Tais ambigüidades, evidentes a partir dos valores que Sebrão atribui aos fatos que relata, poderiam ser citadas por parágrafos a fio: isso só aumentaria a minha "certeza" sobre as "incertezas" desse pesquisador.

Para demonstrar essa dificuldade de classificação, exponho os resultados da primeira busca por visões semelhantes as suas na teoria da História. Nessa tarefa utilizei *A idéia de História* de R. G. Collingwood(70).

Pude constatar, inicialmente, que a filosofia da História de Sebrão não coincide com a dos gregos (não à predestinação) nem com a romana (que é substancialista), apesar de acreditarem no destino. Apresenta semelhanças com a cristã (as ações em cumprimento dos desígnios de Deus), mas logo se diferencia desta, pois a idéia providencialista de Sebrão possui outros personagens privilegiados que não só a força de divina. Não coincide com a filosofia medieval (que mantém a "força de Deus" como princípio) e nem com a renascentista que reduz a História à memória e à intuição fútil (Bacon e Descartes). Coincide com a de Vico, mas se distancia dele na questão das "três idades". Não se identifica com a "razão iluminista" nem com o romantismo. Aproxima-se deste sob a perspectiva das "paixões humanas", mas as "forças estranhas" o colocam distante dessa escola. Os positivistas comtianos viam as possibilidades de leis para a História mas eram inimigos de tais "forças".

O ecletismo das *Laudas* permite afirmar, portanto, que Sebrão navega por marcos cronológicos extensos: do predomínio teológico ao apogeu do positivismo e do evolucionismo. A sua escrita assimila elementos das quatro diferentes propostas: da teologia agostiniana (a História como um grande drama sem espectadores, a liberdade humana circunscrita na liberdade divina); de Vico (a justiça dos homens administrada pela providência divina, a desordem como princípio ordenador, a repetitividade dos fatos históricos); de Ranke (a primazia das

fontes primárias, a crítica das fontes secundárias em busca das informações primárias, a crítica contextualizadora dos historiadores)(71); e do cientificismo do século XIX (a procura por regularidades no processo histórico, a tentativa de submissão da sociedade aos critérios organizacionais da ciência)(72). Levando em conta os aspectos formais da filosofia, diria que o pesquisador se insere num quadro entre a fundação do método (L. Ranke) e o apogeu determinista.

Sob o ponto de vista especulativo, a história de Sebrão apresenta um grande complicador: a "lei" de compensação histórica. Fundamentada no princípio da "vingança", na reciprocidade das penas, essa proposição inaugura uma idéia de história tão antiga quanto original; a história seria portanto um desencadeamento dramático de vinganças (entre seres e entre coisas), preditas por um Deus pré-cristão. Se encarada como motor e forma de desenvolvimento, termina por contradizer a orientação racional-cientificista do século XIX, também aplicada a sua escrita.

Contudo, há elementos que podem auxiliar nas respostas às questões anteriormente colocadas (da filosofia e dos modelos): os títulos dos capítulos. Atribuindo temas correlatos a cada uma das 46 expressões-chave do livro, é possível captar uma orientação dominante dentro das fragmentadas **Laudas**.

O livro é estruturado basicamente sobre as louvações, descrições e desmentidos. Em pelo menos 21 dos 46 capítulos pude identificar o seu desejo, idéia, ou ainda, o seu projeto de sociedade: um modelo baseado no **patriotismo**, na **civilidade** e principalmente na **ordem** e no **progresso**.

Tais orientações, combinadas aos "sócio-biologismos" do seu vocabulário, o uso das leis sócio-históricas, a fé cega na ciência como captadora do real, a política como força controlada da sociedade e a História como "mestra da vida", podem afastar as quatro tendências anteriormente citadas e situar Sebrão Sobrinho no âmbito do cientificismo - mais precisamente no movimento evolucionista/positivista do final do século XIX. Pelo menos nas **Laudas**, a providência divina foi vencida pelo racionalismo cientificista.

Melhor que tentar enquadrar Sebrão em um modelo teórico metodológico conhecido seria ainda situar a sua idéia de história em

relação aos historiadores do período. Indo direto ao assunto, o "significado" expresso nas **Laudas da História do Aracaju** está manifestamente distante de um "desvio" historiográfico(73). Excetuando-se a originalidade de sua "lei da compensação", a efetivação de uma História pragmática e a sua função na organização da sociedade servem como exemplo desse continuismo. Tais mecanismos são facilmente verificáveis: a criação e/ou conservação de "símbolos pátrios; a procura das raízes de uma suposta sergipanidade; a divulgação da "epopéia" sergipana frente à Guerra do Paraguai, na libertação de Salvador e Maceió; na secular disputa pelo território que a Bahia expropriou; etc. O amor à "pátria" é expresso também na escolha por episódios em que o Estado(74) aparece em primeiro lugar: foi o primeiro a libertar-se dos holandeses; o primeiro a instalar uma Assembléia Legislativa; uma Capitania que chegou a ser sede da Capital do Brasil; uma terra que ensinou aos bandeirantes paulistas o seu ofício; o possuidor da "mais antiga instituição musical do Brasil" etc. .

Como se vê, todo o discurso de Sebrão Sobrinho é pautado por lutas identitárias, pelo estabelecimento de diferenciações externas (ante alagoanos e baianos), pela unidade interna (partindo da mãe civilizadora - Itabaiana) e pela busca dos "espíritos" particulares a cada localidade: o arrojo do estanciano, a paciência do cristovense, a chateirice do laranjeirense etc. .

Embora se esforce por marcar uma identidade sergipana impregnada de costumes do vulgo; embora exalte suas origens humildes, o valor do trabalhador rural, do pequeno comerciante e a importância da pequena propriedade (em oposição ao latifúndio), a temática da "intelectualidade bacharelesca" continua sendo explorada(75) e o espaço das grandes decisões político-administrativas (históricas), mantido sob as hostes dos "homens bons"(76).

A ênfase no "império das leis" como pressuposto maior da organização social (sem ao menos discutir o mérito e os seus autores) é mais uma amostra do caráter conservador da sua escrita. A freqüente defesa da trilogia polícia, religião e comércio na estruturação de comunidades, e o livro como um tributo aos representantes da aristocracia sergipana fazem também a semelhança entre Sebrão e os demais autores do período: a História é de fato um instrumento do Estado a serviço dos seus gestores imediatos.

As ambigüidades de Sebrão Sobrinho não me permitem situá-lo no ambiente eclético que foi o período da sua formação intelectual (décadas de 20 e 30). Seria preciso um exame completo da sua obra e, ainda, investigar possíveis influências de autores como Florentino Meneses, Jackson de Figueiredo e Tobias Barreto. Mesmo assim, pode-se caracterizá-lo como um antecipador em certo sentido, pela independência das formas de narrar, pelo uso de elementos tradicionalmente ficcionais e pelo tom emotivo como estratégia persuasiva. Da mesma forma em que muito do seu pensamento já se apresentava ao seu tempo como anacronia, um desses elementos é a naturalização da história, a concepção da vida humana influenciada pelas características do meio, a idéia de identidade como um "espírito" transmitido pela terra local.

Parte das ambigüidades, excrescências e desvios de Sebrão Sobrinho o fazem aproximar-se do consagrado Jules Michelet: esposo, pai, magistrado da história, conhecedor sentimental, repetidor de temas, intruso, propagador da idéia da história como ressurreição⁽⁷⁷⁾. Talvez fosse o caso de "desviar" esse trabalho das classificações conhecidas (períodos, escolas filosófico-literárias) e, ao modo de Roland Barthes, considerar a sua escrita como a de um predador, de um escritor voraz, um comedor de história:

"Os escritores [patinadores] ostentam o discurso, acompanham-no sem interrompê-lo e dirigem insensivelmente a frase para uma euforia final; são escritores com metros e cláusulas. Os últimos, ao contrário, ameaçados de perder sua presa se a fizerem demasiado bela, traspassam-na a todo instante com gestos inacabados, como o movimento maniaco de um proprietário que se assegura rapidamente da presença de seu bem; nestes, nem a cadência final, nem ostentação, nem deslizamento horizontal do escritor ao longo de sua frase, mas curtos mergulhos freqüentes, rupturas de euforia retórica ..."(78).

NOTAS

- 1 José Sebrão de Carvalho Sobrinho (1898-1973) nasceu em Itabaiana/SE, exerceu as funções de professor, inspetor de educação, promotor público

poeta e jornalista. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Associação Sergipana de Imprensa. Redator de "**O Nordeste**". "**O Cálamo**" (1928), "**Mocidade**" (1946) entre outros. Além de produzir diversos artigos sobre a História de municípios sergipanos em revistas e jornais, publicou: **Sociedade** __[?], 1933; **Tobias Barreto o Desconhecido: Gênio e Desgraça**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1945; **Monsenhor Silveira: O Fundador da Imprensa de Sergipe**. Aracaju: ASI, 1947; **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955; **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição: A mais antiga Instituição Musical do Brasil, Fundada no Século XVIII. Itabaiana**, __[?], 1956; **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Regina, 1972. Possui alguns títulos inéditos como: **Tobias Barreto o Desconhecido**, v. 2, 3 e 4; **[Genealogia das Principais Famílias Sergipanas]**; **História de Sergipe**; e **Apontamentos Históricos da Comarca de Itabaiana**.

- 2 Nesse ponto inclui as partes relativas ao início e fim do livro desconsiderando a própria numeração elaborada pelo historiador.
- 3 Data provável.
- 4 É possível resgatar alguns temas através de seus artigos no Sergipe Jornal em edições do período janeiro/julho de 1944.
- 5 BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 154.
- 6 FERRATER MORA, José. **Diccionario de Filosofia**. 5 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1971. v. 1, p. 849-856.
- 7 Rudyard Kipling (1840-1936) era provavelmente o mais lido autor britânico nas primeiras décadas do século vinte. "Em prosa como em ficção, Kipling tem sido o favorito de milhões. As crianças adoram as histórias de animais da Índia contadas em **The Jungle Book** (o livro da selva) e sentem calafrios de prazer com Kim, seu romance mais conhecido. (...) Mas sua fama reside nos seus numerosos volumes de contos do soldado inglês. (...) Kipling nunca foi favorecido pela crítica. Contudo, ganhou o prêmio Nobel de Literatura em 1907. Depois foi criticado como defensor do imperialismo britânico." Traduzido de PRIESTLEY, J. B. **Adventures in English Literature**. New York: Harcourt/Brace Jovanovich, 1963. p. 384-85. v. 3. (Traduzido pelo Prof. de Literatura Inglesa Luís Eduardo Oliveira)
- 8 Rudyard Kipling é citado mais de setenta vezes e na maioria dos casos através da transcrição de seus versos.

- 9 No sentido que os próprios ingleses dão ao termo: ficção literária
- 10 **Laudas da história do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955. p.12.
- 11 Para Sebrão Sobrinho não houve "transferência" da capital da cidade de São Cristovão para Aracaju e sim "retorno". A primeira São Cristovão de Sergipe foi instalada em Aracaju provavelmente na colina de Santo Antônio; a 2ª na colina Pitanga da Pedra; a 3ª no Alto do Una, foi incendiada em 1637 e reconstruída a pós a expulsão dos holandeses transformando-se na 4ª cidade; a 5ª volta a ser na colina do Santo Antônio e a 6ª na "Olaria", em Aracaju.
- 12 *ibidem.*, p. 07.
- 13 TELLES, M. P. de Oliveira. Salve, Aracaju: 17 de Março de 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v.III, n. 6, p. 45-53.
- 14 CALASANS, *op. cit.*, p. 87.
- 15 FORTES, Bonifácio. "O Governo Inácio Barbosa". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XVII, n. 22, p. 81-104, 1955-1958.
- 16 SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas...**, p. 122. (Obs. : a partir dessa citação todos os grifos são meus)
- 17 *ibidem.*, p. 394, 395.
- 18 Ver o capítulo "Alma de Sutãna das Aguas". *ibidem.*, p.307-336.
- 19 *ibidem.*, p. 15.
- 20 "Lembra-te, homem, que és pó e em pó te reverterás. Palavras que a Bíblia atribuiu a Deus, que as proferira ao pobre Adão, nosso ingênuo papai primévo, que se deixou embaír nas conversas fiadas da mamãe Eva, a eterna curiosa. Si o Grande Clínico aplicasse no primeiro louco injeção de cardiazol, a Vida, hoje, seria melhor!". *ibidem.*, p. 541.
- 21 *ibidem.*, p. 536.
- 22 *ibidem.*, p.395.
- 23 *ibidem.*, p. 121. (não há indicação bibliográfica sobre o texto em aspas).
- 24 *ibidem.*, p.121.
- 25 **Bíblia Sagrada**. A.T. Êxodo e Levítico 65. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1989. Cap. 21, 23-25; 24, 17-23 p. 122; p. 169.
- 26 *ibid.*, Mateus, Cap. 5, 39-41, p. 1289.

- 27 *ibidem.*, p.197.
- 28 I keep six honest serving men/(They taught me all I know):/Their names are What and Why and Wen/ And How and Where and Who. Rudyard Kipling, "The Servig Men".
- 29 *ibidem.*, p. 232-236.
- 30 *ibidem.*, p. 97.
- 31 *ibidem.*, p. 97-98.
- 32 *ibidem.*, p. 532.
- 33 *ibidem.*, p. 432.
- 34 *ibidem.*, p. 395.
- 35 LEÃO, Múcio. **João Ribeiro: Ensaio bio-bibliográfico**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1954.
- 36 *ibidem.*, p. 139.
- 37 *ibidem.*, p. 11
- 38 *ibidem.*, p. 25.
- 39 *ibidem.*, p. 403.
- 40 *ibidem.*, p. 100.
- 41 *ibidem.*, p. 98.
- 42 Expressão utilizada para referir-se aos historiadores e cronistas da História de Sergipe.*ibidem.*, p. 100.
- 43 *ibidem.*, p. 59.
- 44 *ibidem.*, p. 122.
- 45 *ibidem.*, p. 422.
- 46 O acervo do arquivo particular de Sebrão foi integrado ao APES logo após a sua morte [1973]. É composto por decretos, resoluções, posturas; correspondência recebida e pareceres da Assembléia Provincial; processos, inventários, sumários de culpa, registros de terra; atos do governo, documentos do Tesouro e de Polícia; documentos da Câmara Municipal; jornais e revistas. Ao todo são 62 volumes com datas limite 1692 e 1968; podem ser acessados através do "Inventário Sumário" específico, na pasta nº 6, "gaveta dos instrumentos de pesquisa". (Obs.: os volumes estão relacionados no anexo nº 04 deste trabalho)
- 47 *ibidem.*, p. 122.
- 48

O número de intervenções gira em torno de 420. São atestados, atos, avisos, cartas régias, circulares, decretos, publicações, despachos, discursos, artigos de jornal, leis, ofícios, pareceres, petições, portarias, regulamentos, relatórios, representações, requerimentos e resoluções.

- 49 De posse desse instrumento efetuei o controle das fontes nos arquivos de origem e constatei o que já não era surpresa para mim; todas as amostras selecionadas dos documentos referenciados por Sebrão podem ser acessadas no APES (correspondência, atos etc.) para onde foi enviada a maior parte do seu acervo particular. Os artigos de Jornal e os Relatórios dos presidentes de província estão nas demais instituições fomentadoras da pesquisa histórica (PDPH/DH-UFS; IHGS e Biblioteca Epifânio Dória) digitalizadas em **CD rom** e em formato original.
- 50 *ibidem.*, p. 419.
- 51 *ibidem.*, p. 362.
- 52 *ibidem.*, p. 537.
- 53 *ibidem.*, pags. 11 e 56.
- 54 *ibidem.*, p. 72.
- 55 *ibidem.*, p. 11.
- 56 *ibidem.*, p. 358.
- 57 *ibidem.*, p. 139.
- 58 *ibidem.*, p. 348.
- 59 *ibidem.*, p. 348.
- 60 *ibidem.*, p. 348.
- 61 *ibidem.*, p. 382.
- 62 *ibidem.*, p. 55.
- 63 *ibidem.*, p. 159.
- 64 *ibidem.*, p. 159.
- 65 *ibidem.*, p. 201.
- 66 *ibidem.*, p. 317.
- 67 São citados: Plauto, Cícero, Túlio Lucrécio Caro, Vitruvius Polião, Venâncio Fortunato, Horácio, Marciano, Sonarca, Juvenal, Lívio, *ibidem.*, p. 355.
- 68 *ibidem.*, p. 537.
- 69 *ibidem.*, p. 537.

- 70 COLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- 71 cf., WHELING, Arno. **A Invenção da História: Estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 116-118.
- 72 *ibid.*, p. 41-49.
- 73 Refiro-me em linhas gerais, à Historiografia sergipana.
- 74 Estado de Sergipe.
- 75 Como compensatório a pequenez territorial de Sergipe.
- 76 A nobreza sergipana; ainda que não de sangue mas de méritos como gosta de ressaltar o pesquisador.
- 77 cf. BARTHES, Roland. **Michelet**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.204.
- 78 *ibid.*, p. 22.